ATA SINTÉTICA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS – EIA, DA PCH ÁGUA LIMPA NO RIO GOIOERÊ – PR, REALIZADA NO SALÃO PAROQUIAL SÃO JOSÉ DE ALTO PIQUIRI – PR.

Às dezenove horas e trinta minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e doze, no Salão Paroquial São José, na Praça São José de Alto Piquiri, deu-se início à Audiência Pública para apresentação do EIA – Estudo de Impacto Ambiental do Projeto da PCH Água Limpa, no Rio Goioerê, nos Municípios de Alto Piquiri, Perobal e Mariluz – PR. Cita-se a presença das seguintes autoridades: *Dr. Giovani Ferri; Drª Juliana Botomé e Dr. Robertson Fonseca* – Representantes do Ministério Público; *Srª Rosilene Apª Torchetti* – Representante Prefeitura de Alto Piquiri; *João Carlos do Prado* – Câmara de Vereadores de Mariluz; *Profª Drª Claudenice Dei Tós* – UEM*; Sr. José Hess* – FAEP (Federação de Agricultura do Estado do Paraná); Vereadores de Alto Piquiri; Sindicatos Rurais, ONG – ADEMA; Sanepar; Rotary Clube, Loja Maçônica, Estudantes do Instituto Federal do Paraná, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) e MST, além da sociedade civil em geral e proprietários atingidos.

PRIMEIRA PARTE Sr. Ademar Cabeças Filho – Membro da equipe técnica do Grupo Especial de Licenciamento Ambiental – GELA – IAP faz a abertura lendo a Portaria, Edital de Convocação e Regulamento das Audiências Públicas, na sequência chama as autoridades para compor a mesa de abertura. Passa a palavra para a **Srª Rosilene Apª Torchetti – Representante da Prefeitura de Alto Piquiri –** A qual cumprimenta os presentes e abre as falas das autoridades na mesa de abertura. **Drª Juliana Botomé – Ministério Público Estadual –** Expõe sua preocupação com a questão ambiental e social, dizendo-se acompanhada dos demais promotores Dr. Robertson, Dr. Giovani e da professora Claudenice, bem como do Sr. Robson, do MAB, e do Vereador João Carlos do Prado, de Mariluz – autor da Lei Municipal a favor do Rio Goioerê no trecho de Mariluz, colocando o Rio como Patrimônio Ecológico, Cultural, Paisagístico e Turístico. **Vereador representante da Câmara Municipal de Alto Piquiri** cumprimenta a todos e diz que está presente na audiência como representante da Câmara e da comunidade de Alto Piquiri, veio acompanhar a audiência e procurar entender um pouco mais sobre o assunto. **Sr. Sergio Abu Jamra Misael – Representante do empreendedor** dá boa noite a todos e se apresenta como coordenador do projeto Água Limpa. Diz ser um prazer estar novamente em Alto Piquiri para concluir mais uma etapa do licenciamento socioambiental da PCH Água Limpa e se prontifica, junto com a equipe técnica, a prestar todos os esclarecimentos necessários a um projeto desta envergadura. A seguir **Sr. Ademar Cabeças Filho – IAP** expõe as regras regimentares quanto às apresentações do empreendedor e empresa consultora e às inscrições para dirimir dúvidas, das quais os presentes terão direito à pergunta e réplica e o empreendedor à resposta e a tréplica, sendo que, se alguma pergunta não for esclarecida esta será encaminhada ao coordenador da mesa que solicitará ao empreendedor que providencie a resposta encaminhando-a, a quem de direito for a resposta e com cópia ao IAP. Fica dito que, apenas os interessados presentes nesta Audiência, comprovado pela lista de presença terão o direito de, em no máximo 05 (cinco) dias úteis após a Audiência protocolar questões que não foram esclarecidas. Inicia-se a apresentação por parte do empreendedor. **Engenheiro Civil Sr. Sérgio Misael – Representante da Empresa Multifase Centrais de Energia Ltda. e Coordenador do Projeto PCH Água Limpa –** Esclarece que apresentará o projeto e inicia sua explanação mostrando as energias renováveis e não renováveis, enfatizando que as hidrelétricas são fontes de energia renováveis e faz

comparativos entre elas. Comenta que a empresa está estudando projetos alternativos com a energia eólica. Fala sobre o plano decenal de energia, o qual pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) expõe um plano com o horizonte para 30 (trinta) anos, contando com todos os setores energéticos, ou seja, todas as formas de energia, sendo que este é revisado a cada 10 anos, no momento, prevalece o Plano 2011/2021. Mostra no mapa do Brasil o Sistema Interligado de Energia, dizendo que 98% da energia no mercado brasileiro é interligada, explicando que ao faltar energia no Nordeste por conta da seca, este é abastecido com energia do Sul, e vice-versa. Mostra ainda mapa comparativo ao mapa da Europa, no qual o sistema interligado Brasileiro se compara ao tamanho da Europa num todo. Ainda que, o Plano Nacional de Energia prevê a necessidade de, até 2015, colocar no mercado 3.000 MWmédio/ano de energia elétrica para suprir a demanda. Mostra dados da COPEL de 2007 a 2011 que demonstram o aumento de consumo em todos os setores: comercial, doméstico, industrial e público. Sobre os equipamentos usados para a instalação de PCHs, comenta que estas pequenas usinas atualmente são 100% nacionais, não fazendo uso de nenhum equipamento importado, como era anteriormente, que o Paraná por ficar aproximadamente 08 (oito) anos sem construir as PCHs, pequenas usinas hidrelétricas, as quais ficaram paradas por conta de uma portaria do Governo Estadual anterior, precisa atualmente importar energia de outros Estados. Comenta que a energia hidráulica, das PCHs, e as energias eólicas e solar, são complementares, já que não é possível estocar outras matérias geradoras de energia e sim somente a água. Expõe fatos indicando que na região não é possível se fazer parques eólicos, pois não existem ventos suficientes. Sobre a empresa Multifase, diz pertencer a um grupo Paranaense, de Curitiba, construtor de galpões industriais e atuante na área de logística. A partir de 2008, começou a ser parceiro do Governo Federal no PNE- Plano Nacional de Energia como concessionário do Serviço Público Federal. Cita que as empresas contratadas pela Multifase, para elaboração do projeto da PCH Água Limpa, são empresas bastante experientes: Cia Ambiental, ETS, VLB, entre outras. Mostra desenhos do projeto, diz que ainda estão fazendo medições no rio Goioerê, contudo o projeto encontra-se consolidado, mostra fotos dos momentos de entrega de cópias do EIA/RIMA para as Prefeituras de Perobal, Mariluz e Alto Piquiri quando das reuniões técnicas em abril de 2012. Indica que o projeto é simples, com barragem de terra, que há estudo do desvio do rio, tanto pela margem direita quanto pela esquerda, já que a obra de desvio do rio é uma obra provisória. Explica sobre o aproveitamento da queda de 32m, sendo que o Salto Paiquerê será totalmente preservado. Mostra a subestação, contando que a linha é bastante pequena, com baixíssimo impacto, terá uma distância de aproximadamente 1 (um) km, pois aproveitará a Linha de Transmissão da COPEL que conduz energia de Umuarama a Assis Chateaubriand. Mostra desenho do projeto, enfatizando que o vertedouro não terá comportas e ainda um desenho simulando o reservatório cheio com a água passando pelo Salto e também entrando na casa de força e seguindo seu curso normal. O reservatório terá 458 ha. Mostra a Reserva legal de Mato Grande do Assentamento Nossa Srª Aparecida, o qual tem 225 lotes, com 25 lotes atingidos, sendo que nenhum imóvel, nenhuma casa será atingida pelo reservatório. Explica sobre as vazões e que no período de seca a pedido do IAP, e com a aprovação pelo Instituto das Águas do Paraná (antiga SUDERHSA), será mantida uma vazão de aproximadamente 7.500litros/segundo, 100% do tempo, passando pelo Salto Paiquerê. E que, por medida de segurança e critérios de projeto, haverá um controle de qualidade da barragem em todas as suas etapas. Diz que o Projeto Básico está aprovado na ANEEL. Mostra um provável

cronograma, caso saia em breve a LP, com previsão de conclusão da obra em 24 meses. **Engenheiro Sr. Pedro Dias – Cia Ambiental – Coordenador do Estudo de Impacto Ambiental –** Inicia sua apresentação esclarecendo como ocorrem as etapas de licenciamento ambiental, enfatizando que no Brasil ele protege tanto ao Meio Ambiente quanto ao Social, explicando que ainda estão na primeira etapa, numa fase de diagnóstico e que o objetivo dos Estudos é o de identificar os impactos, bem como de propor Programas para Mitigação ou Compensação dos mesmos sem os quais, não seria viável a execução do projeto. Passa um filme informativo produzido pelo Governo Federal sobre energia hidrelétrica. A seguir relata o histórico do Projeto PCH Água Limpa, desde os Estudos de Inventário de Potencial Hidrelétrico do Rio Goioerê, passando pelos Estudos de Impactos Ambientais, até os dias atuais. Relata que foram estudadas quatro alternativas de arranjo do referido projeto, sendo que foi levado em conta eixo, altura de barragem, área inundada, geração de energia, entre outros. A alternativa escolhida foi a primeira por apresentar uma menor área inundada. Quanto à alternativa dois, esta apresentou um reservatório maior, na alternativa três teve um arranjo que se apresentou também com maior impacto na área inundada e, na alternativa quatro verificou-se uma pequena desvantagem em relação ao trecho do canal de adução. A PCH Água Limpa terá potencial de geração de 23,6 MW, representa o maior potencial do Rio Goioerê, corresponde a 36,6 % do potencial de geração do Rio Goioerê e ocupará 15% da extensão do leito natural do Rio, com uma linha de transmissão a 1000 metros de distância. Estima-se que a construção leve 24 meses, onde está prevista a recuperação de acessos viários. A área do canteiro é estimada em torno de 25 ha. Em relação à geração de empregos e renda, estima-se em torno de 200 empregos diretos durante as obras. Na fase de planejamento (estudos ambientais, projetistas, estudos fundiários, entre outros) já foram gerados em torno de 100 empregos, que são empregos que não podem deixar de serem citados, pois são postos de trabalho já gerados. De qualquer forma, se o projeto não for adiante, até esta fase já foi gerador de renda para algumas famílias. É claro que o processo continua. Afirma que é preciso criar formas que transformem o processo de estudos para licenciamento em um processo dinâmico, não um processo estático onde o responsável pelo empreendimento contrata uma empresa consultora, esta empresa entrega o EIA/RIMA e para de estudar a região. A empresa consultora não pode parar de estudar a área após a entrega do EIA/RIMA. “Em seis meses, um ano, neste período, em que estamos discutindo o projeto, muitas coisas estão em processo de aprimoramento, alteração e discussão e precisam ser incorporados” para se buscar sempre melhorias no Projeto, bem como nos Programas Ambientais propostos, com monitoramentos de água, fauna, etc. Fala que foram feitos estudos de representatividade da relação econômica com a execução do empreendimento. Ainda sobre os empregos diretos informa que durante a execução dos Programas Ambientais, inclusive no de Reconstituição de Flora muitos empregos serão gerados, aproximadamente 50 pessoas, por cinco anos, e no total, o mínimo de 10 anos de empregabilidade local. Na sequência, expõe estudos sobre a área de APP informando que, por determinação da medida Provisória da Presidenta Dilma, o IAP terá que definir entre 30 e 100 metros. Neste sentido, há um estudo proposto pela primeira vez no Paraná, utilizando a medições e cálculos específicos, levando-se em conta a morfologia do reservatório, que propõe uma área de APP de 52,9 metros para a PCH Água Limpa e diferenciado para outros empreendimentos, sendo que, esta área de APP sugerida se apresenta suficiente para demanda ambiental do empreendimento. Acredita que o IAP usará de critérios técnicos para decidir sobre a área de APP. Diz que fizeram análises com áreas de APP de 30, de 52,9, e com

100 metros, e defende que ao se aceitar uma área de APP de 52,9m, menor também será o impacto socioeconômico. Falou sobre as áreas estudadas: Área Diretamente Afetada – ADA, Área de Influência Direta – AID e Área de Influência Indireta – AII (contemplando a bacia hidrográfica inteira). Indicou que o Estudo foi realizado com foco nos Meios Bióticos, Físicos e Socioeconômicos, abrangendo toda a área da Bacia Hidrográfica e os Municípios, inclusive para avaliar o Socioeconômico os Estudos ultrapassaram os limites da bacia. No meio físico, foram analisados clima, solos, relevo, águas superficiais, com vários pontos de coleta para análise de qualidade d'água. Quanto à vazão, esta ficará, a pedido do Instituto das Águas, com aproximadamente 7.500 litros/segundo, isto independente de ser época de cheia ou seca, caso seja necessário, as turbinas serão paradas para que a vazão não se altere. Quanto ao Índice de Qualidade da Água chama-se a atenção para a grande quantidade de agroquímicos encontrados na água subterrânea. Foram avaliados os ruídos no entorno do empreendimento. Sobre a Fauna e Flora cita o pré-inventário de flora e o antropismo, bem como a pressão em algumas áreas pelo sistema agrícola. No entanto foram encontradas áreas protegidas, alerta quanto a preservação da Reserva Legal do Assentamento o qual possui espécies preservadas, bem como espécies em regeneração, precisando por isso de muita atenção ao sistema de preservação da Reserva. Sobre as APPs informa que nem todas as propriedades as possuem. Complementa relatando que, embora a fauna se encontre bastante descaracterizada, foram encontradas espécies da fauna como Mamíferos, Aves e Répteis listados no EIA. Ainda sobre a Ictiofauna comenta a presença do especialista Dr. Vinícius Abilhoa, o qual se faz presente para esclarecer dúvidas em relação aos peixes. Referente às Unidades de Conservação, foram encontradas duas unidades de importância na Bacia Hidrográfica do Rio Goioerê, cita a Reserva das Perobas – Floresta Estacional Semidecidual em Tuneiras, sob a gestão do ICMBio e a ainda uma Unidade de Uso Sustentável – Reserva Particular com 26,3 ha. Citou ainda área estabelecida pelo Ministério de Meio Ambiente como Área Prioritária para Conservação. Quanto aos atingimentos, fala sobre as análises realizadas nos Municípios de Perobal, Alto Piquiri e Mariluz. Serão atingidas26 (vinte e seis) propriedades e 25 (vinte e cinco) lotes do Assentamento Nossa Senhora Aparecida. Contudo, nas propriedades atingidas nenhum imóvel – casas ou benfeitorias, será afetado pelo reservatório. As áreas atingidas serão variáveis, algumas terão 05 (cinco) ou 06 (seis) ha, enquanto outras terão menos ou mais afetamentos. Sugere que para a segurança dos atingidos as negociações ocorram por troca de terras, evitando-se que o pagamento se perca, complementa dizendo que permanecem em contato com INCRA, o qual concorda que as terras precisam ser trocadas por terras muito próximas às atuais e com as mesmas características, para que não se perca o vínculo local, respeitando-se a história destas pessoas. Nos Estudos de Uso e Ocupação do Solo detectou a predominância da cana-de-açúcar e agropecuária, em Alto Piquiri predomina além da agropecuária, a prestação de serviços pela administração pública, alertando para a necessidade de se dinamizar mais o mercado na Região. Sobre o Patrimônio Histórico e Arqueológico verificou-se a possível existência de Sítios Arqueológicos e caso seja obtida a Licença Prévia, enfatiza a necessidade de resgate num Programa que apresente inclusive a Educação Patrimonial para a comunidade em geral. Entra na avaliação de impacto ambiental realizada a partir do diagnóstico ambiental. Apresenta brevemente os impactos positivos do empreendimento. Comenta sobre PCHs não pagar Royalties e a arrecadação pelo Governo Federal de 30% (trinta por cento) de tudo que uma PCH arrecada. Comenta sobre grupo que está sendo criado pelos municípios energéticos (municípios que produzem energia) com o intuito de requerer de Governo Federal a

transferência de, ao menos 1/3 dos impostos para os municípios. Sobre os impactos negativos, enfatiza a necessidade de uma boa avaliação, com o objetivo de se propor Programas adequados para a mitigação ou compensação dos mesmos e a seguir apresenta todos os impactos e os Programas. Comenta o impacto de mudança no fluxo natural do rio, explicando que no reservatório da PCH Água Limpa o tempo de residência será de 2,95 dias, sendo então considerado pelos estudiosos um ambiente intermediário. O que não quer dizer que não haverá mudança do fluxo, devido a isso é preciso monitorar e analisar constantemente as condições da água, sedimentos, espécies de peixes. Sobre a geração de ruídos, emissões atmosféricas e resíduos, comenta que, as propriedades estarão todas localizadas longe da casa de força e que na fase de obra expõe a preocupação com ruídos de motores veiculares, os quais terão que passar por normas de controles de velocidade entre outros e ainda cita que durante a obra será apresentado o Plano Ambiental de Construção o qual prevê toda a mininimização dos impactos gerados durante a obra, bem como da segurança. Sugere que seja formada uma Comissão para Monitoramento Participativo Local para ajudar nos controles. Coloca a seguir a supressão de vegetação, para a qual está previsto um Programa de Resgate da Flora para que se reproduzam as características locais no momento da recuperação de Mata Ciliar, qualquer que seja o tamanho definido pelo IAP, a empresa deverá fazer com responsabilidade o replantio. Quanto a Fauna, indica o impacto de perda de hábitat, colocando que no caso da ictiofauna a cachoeira apresenta uma barreira natural que atenua o impacto aos peixes. Indica que a execução dos Programas de resgate e monitoramento da fauna é fundamental ao projeto. Apresenta o impacto de geração de resíduos na fase de operação, contornado através da boa gestão ambiental de todas as fases do empreendimento. Cita ainda o impacto sobre patrimônio arqueológico, indicando que o material deve ser prospectado e resgatado. Reforça a diminuição da fauna também pela caça conforme relatos colhidos no local. Indica o impacto de necessidade de desapropriação de propriedades rurais. Comenta os trabalhos sobre a avaliação das propriedades atingidas pela ETS e sobre novo cenário, o qual prevê a relação custo da propriedade com a melhora do preço da soja e o monitoramento necessário quando das indenizações, ressaltando a necessidade de monitoramento participativo. Fala sobre a proposta do Programa de Recapacitação Técnica e Econômica para que não haja perdas significativas, com o intuito de se atender com qualidade os proprietários atingidos com apoio técnico frequente. Considera o impacto de aumento de fluxo de pessoas em função das obras. Neste sentido, para o operacional espera-se ocupar mão de obra local em torno de 70%, os quais serão treinados, com a intenção de não se fazer na obra alojamentos que poderiam ocasionar danos sociais. Assim sendo, os trabalhadores após o expediente voltam aos seus lares. Explica que tem previsto nos Programas um Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social, o qual colocará toda comunidade integrada sobre os trabalhos. Fez comentários sobre o risco de acidentes contraposto pelo Programa de Gerenciamento de Riscos e Segurança, bem como Plano de Ação Emergencial. Ainda indicou os estudos sobre os impactos na saúde. Comenta análise feita sobre todos os impactos, períodos de ocorrência e programas ambientais, e ainda análises estatísticas sobre os impactos negativos e positivos e seus pesos, relacionados em tabelas publicadas no EIA. **Promotor Robertson Fonseca** questiona a apresentação e pede que seja mostrado o comparativo citado. **Pedro Dias** explica que os dados estão todos dispostos no EIA e mostra a tabela citando alguns dados, explica que matrizes foram geradas para análise crítica com o intuito de que Programas Ambientais adequados sejam gerados e consolidados, caso contrário, não vê sentido no

tocante ao Projeto. Apresenta a lista de todos os Programas Ambientais propostos para o empreendimento ainda informando sobre o PACUERA, pelo qual as normas para uso do entorno do reservatório serão determinadas no momento certo. Reforça que, o Projeto só poderá ir adiante se todos os Programas, Normas e Leis Ambientais forem cumpridas, solicitando a atenção e considerações do IAP quanto à análise do Processo**. Sr. Ademar Cabeças – IAP dá sequência abrindo 15 (quinze) minutos para a realização das inscrições para perguntas.**

SEGUNDA PARTE – 21h15min – Sr. Ademar anuncia manifestação do Dr. Robertson Fonseca – Ministério Público de Maringá. Faz agradecimentos à Drª Juliana Botomé e relata alguns processos, os quais vem acompanhando no Paraná, e comenta sobre ter descoberto licenciamentos de PCH que foram feitos sem o conhecimento do Ministério Público. Informa que dividirá sua fala em duas partes, a primeira será informativa e geral sobre a realidade do setor elétrico no Paraná e seus impactos e passivos, coloca que esta é a oportunidade das pessoas serem realmente informadas sobre o setor, pois o empreendedor que acabou de fazer suas apresentações tem interesse no produto, portanto, é a vez do Promotor de Justiça falar, e a segunda fala, será sobre o estudo técnico. Inicia a primeira parte da fala ressaltando que o Paraná é um Estado que exporta energia elétrica, pois Itaipu é responsável por ¼ da produção elétrica no Brasil, todo o Paranapanema é barrado, existe uma cascata de reservatórios, todo Rio Iguaçu é barrado igualmente, afirmando que o Paraná é superavitário em energia elétrica, ainda alertando que o imposto ICMS não é gerado no local da produção da energia, este é gerado no local do consumo. Comenta o prejuízo econômico na região por conta do empreendimento, principalmente o setor agrícola, que é carro chefe destes Municípios, frisando ainda que o Município perde, pois não há compensação com PCHs e dá exemplos de elementos que serão diminuídos no Município, como produção de grãos, horas de trabalhos agrícolas entre outros. Por ser a região de clima tropical quente, pede como primeira complementação que a equipe técnica leia o material que se encontra na Biblioteca Setorial do NUPÉLIA – Núcleo de Pesquisas em Limnologia Ictiologia e Aquicultura da UEM, o livro "Dams and Diseases" que associa doenças tropicais, como esquistossomose, leishmaniose, dengue e malária, à água parada, pois esta comporta vetores de doenças cujos tratamentos são custeados pelo SUS. Fala sobre impactos de natureza ambiental, e faz alusões ao Rio e suas relações humanas, o Rio e a Lavoura, o Rio e a Casa, o Rio e a Várzea. Desta forma defende que, ao se inundar uma parte do Rio estes elementos se perderão, homogeneizando-se o ambiente. Sobre as barragens, fornece dados dizendo que existem 1,5 milhões de pessoas atingidas por barragens, comentando que o modo de vida das pessoas é destruído por conta das barragens. Cita a Usina de Mauá. Faz críticas ao empreendedor do setor elétrico, dizendo sobre os interesses deste em prejuízo ao Município, ao meio ambiente e social. Numa segunda parte, fala sobre os trabalhos técnicos cita a Resolução Conama nº 01/86 – Art. 6 que diz que, o EIA RIMA tem que ter, no mínimo, as seguintes atividades técnicas: Diagnóstico ambiental, com completa descrição e não razoável descrição; dizendo que não foi feita coleta de fauna e sim utilizadas referências bibliográficas, desta forma requer do empreendedor medidas e pede a atenção da promotora Drª Juliana, para que se apresente a completa avaliação dentro dos parâmetros técnicos adequados e pede a complementação dos dados. Faz referência ao art. 10 da Resolução Conama nº 237, a qual diz que as complementações feitas em Audiências Públicas sejam realizadas e apresentadas numa nova Audiência Pública. Ainda faz

questionamentos sobre a existência de concessões para o empreendedor em 06 (seis) pontos com potenciais hidrelétricos no Rio Goioerê e o EIA faz referências a eles, como Água Espraiada, no entanto este processo se limita a apenas 01 (um) empreendimento, e complementa falando sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos, art. 1 - A Bacia Hidrográfica é a Unidade de Gestão Territorial do Recurso, afirmando que não há a possibilidade concreta de o IAP licenciar um empreendimento com outros empreendimentos previstos à montante e faz forte alerta ao Presidente do IAP quanto a não se licenciar este empreendimento sob pena de improbidade administrativa e comenta fatos como Mauá e os atuais, ligados ao Secretário Estadual de Meio Ambiente relacionado ao IAP, que estão sendo investigados na Promotoria de Patrimônio Público de Curitiba, fato que mostra a fragilidade do órgão atualmente e levantando questões sobre a moral do mesmo. Questiona o fato de não ter sido feita a Análise da Bacia Hidrográfica sob pena de, incorrer num ato administrativo nulo. Complementa dizendo que a experiência do Ministério Público com as responsabilidades dos empreendedores e promessas de benefícios não são cumpridas no Estado do Paraná. Cita a Constituição Federal, art. 18 onde diz que, são autônomos entre si, a União, o Estado e os Municípios, sendo assim, existe uma Lei Municipal em Mariluz, a qual diz que é de interesse local a manutenção dos atributos do Rio. Que esta é a manifestação e o desejo do poder local, o qual pode deliberar Leis, como ocorreu com a criação do Parque Nacional de Ilha Grande e complementa dizendo que este projeto desta forma, se torna inviabilizado. Faz considerações referentes ao consumo de energia citado nas apresentações anteriores, dizendo que o grande consumo de energia não está focado em celulares, televisões, geladeiras ou outros aparelhos eletrodomésticos. Cita o Professor Célio Berman do Instituto de Energia Eletrotécnica, da USP, o qual expõe estudos que mostram que os grandes consumidores são dos eletros intensivos, relacionados a 06 (seis) setores da indústria: cimento, papel e celulose, cerâmica, alumínio, petroquímicos e materiais não ferrosos, as quais são indústrias globalizadas, defendendo que a região também é globalizada pelo plantio de soja, milho e outros, e reforça que os rios precisam continuar correndo livres. Questiona que o potencial turístico da região não foi levado em consideração. Reitera o pedido de complementações para Estudo de Impacto Ambiental que foi requerida pelo centro de apoio do Ministério Público e pela população, e que as repostas sejam dadas por meio de complementação dos estudos e que estas complementações sejam objeto de uma nova Audiência Pública, como está previsto no Art. 10 da Resolução do Conama nº 237/1997. **Dr. Giovani Ferri – Promotor de Justiça da Comarca de Toledo – Coordenador Regional da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná II–** vê como preocupante a apresentação de Estudos de Impacto Ambiental fragmentados. Cita Lei que exige estudos completos. Diz-se preocupado, pois no Paraná já existe mais de 88 (oitenta e oito) estudos para PCHs, cita que o órgão ambiental não faz análises de forma global, ao volume de empreendimentos, colocando que no futuro isto será problema. Questiona e ainda pede a complementação referente à página 79 e80 do volume 01, no qual diz que em 2002, foi dado entrada ao processo de licenciamento no IAP com apresentação de um RAS – Relatório Ambiental Simplificado e que, em 2004 foi dado prosseguimento ao processo. Cita os Estudos de Inventário na ANEEL identificando outros potenciais neste Rio– Espraiada, Tranquila, Tremida, Clara e Nova, diz que a situação não ficou clara e quer estudos complementares das seis intercorrências no Rio Goioerê. E quer que sejam esclarecidos estes pontos colocados no EIA. Faz comentários sobre a questão das interferências no Salto Paiquerê, página 270 do volume 02. Comenta que não há nenhuma consideração ou análise em relação à Cascata do

Pinhal. Vê como superficial os estudos e pede complementação considerando as interferências em época de baixa vazão. Já no volume 01, página 211, pede complementações referentes à sedimentologia do Rio, o qual tem seu estudo datado entre os anos 1982 e 2001, pede estudo atual. No volume 03, páginas de 78 a 98, comenta os impactos econômicos dizendo que, os três Municípios vivem basicamente da agricultura e pecuária, que são municípios sem indústrias, quer saber o que vão ganhar? Relata sobre empreendimento da PCH São Francisco, em Ouro Verde do Oeste, e sugere que as pessoas vão até lá conhecer, alertando-os sobre a elevação dos serviços e bens ocorrerem apenas no tempo da construção e comenta sobre a desmobilização da mão de obra, pedindo que seja esclarecido este fato à população. Faz alerta sobre os Municípios perderem a área produtiva e não receberem impostos. E pede que se esclareça à população que hoje não é permitido o uso dos lagos pelos moradores, citando exemplos também de Ouro Verde do Oeste, onde achavam que o lago poderia ser usado pelo Município como potencial turístico. **Sr. Ademar Cabeças do IAP –** lê as perguntas escritas, a primeira do **Sr. Edson Gondo Proprietário afetado de Assis Chateaubriand –** Quer saber o que acontecerá com a AID – Área de Influência Direta? Questiona também que só tomou conhecimento que seria atingido, no momento que recebeu o convite para a Audiência Pública e pelo Sindicato Rural e pergunta sobre os valores da indenização. Já para o IAP, pergunta se podem ter uma APP de 30 m? **Resposta fornecida por Sr. Pedro Dias** – Sobre a área Área de Influência Direta (AID), temos duas áreas ali: a ADA (área diretamente afetada), onde está parte da propriedade afetada (reservatório e APP), e a AID que é um pouco maior pegando o conjunto das propriedades onde será implantado o programa de recomposição de capacidade produtiva. Comenta sobre as indenizações prováveis a base de troca por outras terras no local. Cita ainda sobre o PACUERA e os compromissos que serão ajustados futuramente. Fala aos doutores promotores que se possível responderão claramente por escrito todas as preocupações de sedimentologia e vazão entre outras citadas. Sobre o inventário citado, referente aos outros empreendimentos que constam no EIA, afirma que, embora estejam citados no EIA como potenciais hidrelétricos analisados pela ANEEL, não são da Empresa Multifase. **Dr. Robertson – Promotor –** responde dizendo que não querem apenas por escrito as respostas, querem-nas publicizadas e que não existem dúvidas quanto à necessidade de realização de Avaliação Ambiental Integrada. **Sr. Pedro Dias**– questiona o fato de não ser justo que um empreendedor seja o responsável pelo estudo da Bacia, afirmando que este é um dever do Estado brasileiro ou paranaense, mesmo porque não seria confortável para o Estado a realização deste trabalho pelo empreendedor, pois quem tem que analisar os prós e contras e determinar padrões para estudos é o Estado, para que não haja pessoalidade no desenvolvimento das ações. E sugere que a Promotoria exija do Estado que assuma e avance neste trabalho. **Sr. Ademar Cabeças** – **IAP** diz que, como mediador levará ao conhecimento da Presidência e Secretário, seja o atual ou outro, para que avaliem tais questões. **Segunda pergunta escrita por Srª Evellin Ferrer – IFPR – Umuarama –** O que será feito para evitar o desaparecimento de peixes migradores como o Corimba e o Piau já que a variação de fluxo de água a jusante da barragem pode influir no movimento migratório e na reprodução dos mesmos? **Dr. Vinícius Abilhoa – biólogo responsável pelos estudos da ictiofauna –** Explica sobre o impacto de jusante e que neste projeto o trecho de vazão reduzida é de 500m, então não haverá alterações significativas no comportamento destas espécies devido ao tamanho da área que é bastante pequena para ocorrer alguma alteração. Explica que estas espécies aceitam bem o caminho de transposição, que eles se adaptam bem à variação, reforçando que

este fato se dá apenas para espécies migradoras, como a área de vazão reduzida é pequena não há preocupação, e ainda explica que em alguns casos a escada de peixes pode ser ainda mais danosa e na região tem-se a barreira natural do Salto Paiquerê, que não permite que os peixes subam o rio reduzindo o impacto sobre espécies migradoras. **Srª Marilza Aparecida Dias Ferreira – ONG ADEMA – Umuarama –** Diz ter lido o EIA e pede que os interessados o leiam, que lá mesmo encontrarão pistas de como o empreendimento vai prejudicar a região. Distribui folheto com dados retirados do EIA e pergunta ao IAP se ele licenciará uma área que ele estabeleceu como área importante para a recuperação e preservação do Estado do Paraná? Sendo que o MMA colocou esta área como prioritária para conservação da biodiversidade brasileira e cita resolução do IAP em conjunto com a SEMA nº 05/2009. **Sr. Ademar** reforça norma de 05(cinco) dias úteis para a apresentação de novos questionamentos por escrito. **Sr. Givan Líbero da Silva – proprietário da região e membro da ONG ADEMA –** Fala que hoje há guerra por água e se diz preocupado, por ser vizinho do lago quer saber se poderá usar água para irrigação em sua propriedade ou ela lhe será cobrada? **Sr. Sérgio Misael – Multifase –** Se coloca igualmente em defesa da água, e diz que a PCH não usa a água, pois esta passa pela turbina e pelo vertedouro e segue seu curso normal do rio. Ainda comenta que neste processo a oxigenação da água é melhorada. E afirma que o produtor mediante projeto apresentado ao IAP, como normalmente é feito, poderá sim fazer uso de água em sua propriedade sem problemas para o empreendedor, que discutirá num outro momento o PACUERA com a comunidade por meio de novas Audiências Públicas e reforça que o produtor terá apenas que seguir com os processos legais, referindo-se às outorgas, junto aos órgãos ambientais como já ocorre atualmente e sem cobranças para agricultura, confirmado pelo Sr. Ademar. **Sr. João Carlos do Prado – Vereador de Mariluz –** Questiona o fato do Sr. Pedro Dias ter sido funcionário do IAP e hoje defender uma empresa que quer prejudicar o Meio Ambiente, para o IAP diz que protocolou no órgão uma solicitação, e 11 dias após, ainda não tinha resposta tendo que ir à Curitiba para ver o que estava acontecendo. Compara os empreendedores a vendedores ambulantes convincentes, mas que a população local é o comprador, que estes não têm interesse em comprar o produto que lhe está sendo vendido. Diz-se indignado por vê-los falando do Assentamento, pois não sabem a fundo o que significa, que a área rural está toda comprometida, que o empreendedor não conhece Mariluz e que ali não existem mais terras a serem compradas, comenta que as cidades ali não possuem vida própria e que a perda de pessoas (do assentamento) para eles é prejudicial, pois perdem com isto. Questiona que, se estão fazendo (Empresa) estudos desde 2002, porque não investiram no lugar desde então. Diz que a propaganda está sendo enganosa e pede que prestem atenção quanto ao fato dos promotores estarem ali, que eles precisam ser ouvidos! Pergunta sobre valores, dizendo que a empresa vai gastar pouco no projeto em relação ao quanto vai lucrar e pergunta o quanto vai ser deixado no Município? Fala sobre a união da sociedade de Mariluz e o projeto de Lei instituído para se protegerem de pessoas que nunca nem viram e pede, ao povo de Alto Piquiri, atenção. **Sr. Pedro Dias –** Diz que se sente orgulhoso de ter trabalhado no IAP, foi coordenador de impactos de barragens, e explica fatos de sua luta, dizendo que não se pode comparar os impactos causados pelas grandes barragens com os que estão sendo apresentados neste trabalho, que se trata de uma pequena usina e, que assume sim a responsabilidade de incluir todos os impactos e todos os programas para mitiga-los que estão no EIA e ainda fala sobre a responsabilidade e qualidade da equipe técnica da Cia Ambiental e dos consultores envolvidos nos trabalhos. **Srª Maria Felomena Sandri – Engª Civil –**

ADEMA/SENGE – Umuarama – Defende a não construção de PCHs e questiona o fato de ter que ir a tantas audiências, e pede ao Ministério Público Estadual intervenção quanto a atual posição da ANEEL quando das aprovações dos Estudos. Põe-se contra a aprovação da ANNEL antes de saírem os estudos ambientais, entendendo que estes deveriam vir antes. Diz ter ouvido isto do próprio Diretor da ANEEL, em Brasília. Faz apelos às mudanças. Faz críticas ao Plano Nacional de Energia Eólica e Solar, no qual está dito que não há financiamento para a região, pois não há grande incidência de sol e ventos no Sul considerando a média das médias. Cita que para calcular as médias de insolação o INPE utilizou apenas 07 (sete) pontos para todo o Paraná, assim a média não caracteriza bem a região, já que o Noroeste do Paraná é bastante ensolarado e quente. Faz perguntas a respeito do estudo: sobre o Planalto de Umuarama, gostaria de saber o nome deste planalto; quer esclarecimento sobre os solos da região, foi dito que são argilosos, mas isso é apenas em uma parte, também há o arenito Caiuá na região de Umuarama e outros. Critica o impacto positivo de controle de cheia colocado no EIA, "como será controlada a cheia se não há vertente?". **Sr. Pedro Dias** – responde sobre os solos da região. **Sr. Sérgio Misael – Multifase** – Fala à colega Felomena, Engenheira Civil, falando que está há 40 anos no setor elétrico, por ser esta energia limpa e define que o engenheiro por si só já é um ambientalista, cita a Enciclopédia Britânica: "Engenharia é a arte de usar a ciência na conversão ótima dos recursos naturais em benefício da humanidade!". Sobre o controle das cheias responde que o reservatório tem um tempo de residência em torno de 03 (três) dias, isto é positivo, explica como o reservatório vai ajudar a atenuar a cheia e que haverá tempo sim de avisar à jusante sobre os cuidados a serem tomados. **Profª Drª Claudenice Dei Tos – UEM – Universidade Estadual de Maringá**. Há 20 anos trabalhando com a ictiofauna da bacia do Goioerê, diz que encontraram só na calha do Rio 44 (quarenta e quatro) espécies de peixes, deste montante, 10 espécies são novas para a ciência e que merecem estudos, e fala em nome deste capital natural e de valor cultural, vê isto como assunto de caráter estético e educativo. E pede estudos complementares não só para a calha, mas para os 48 (quarenta e oito) tributários do Rio Goioerê que nunca sequer tiveram sua fauna íctia estudada e para isto levanta a Resolução Conama nº 01/86 que diz sobre os Estudos de Impactos serem completos. Sobre os estudos apresentados, em relação ao levantamento da fauna de um modo geral, não falando apenas da ictiofauna, diz que não foram feitos estudos *in loco* com coletas mensais e que ela não aceita o estudo da forma que foi realizado ainda sem autorização do IBAMA. E ainda comenta sobre as referências bibliográficas, nas quais percebeu que não constam citações da Bacia do Rio Goioerê, e solicita complementações a esse respeito e também, retomando aos questionamentos sobre o Corimba e Piau, disse que foram encontrados durante sua pesquisa os peixes tanto acima ou abaixo do rio Goioerê. Solicita estudos sobre a genética destas espécies, para que se verifique melhor a migração referente, bem como pede estudos das áreas de procriação e desovas de peixes e pede informação sobre o local que foi depositado o material coletado pelos técnicos dos estudos. **Sr. Pedro Dias –** explica que existe um Termo de Referência (TR) do IAP, de 2010, o qual é base para condução dos trabalhos o qual categoricamente exige para algumas espécies a não intervenção, a não coleta de espécies, já para a ictiofauna é exigida a coleta, porém, no início do ano passado foi pedido ao IBAMA e ao IAP a autorização para a coleta, como não havia corpo formador de licenciamento para decidir sobre as coletas dos peixes, foram feitas pesquisas não interventivas e após a pendência com o IBAMA e IAP foi conseguida a autorização para o monitoramento por 02 (dois) anos. Sobre os estudos nos tributários, Sr. Pedro vê como viável de ser realizado, e

sendo necessária uma ação interventiva no restante da fauna comenta que, então o IAP precisa alterar seu Termo de Referência. **Dr. Vinícus Abilhoa** complementa a fala do Pedro dizendo concordar com as considerações da professora sobre a necessidade de dados primários de ictiofauna, mas que só pode fazer este trabalho com coleta e captura mediante autorização do órgão ambiental, e confirma que só conseguiram a autorização no mês de setembro deste ano (2012). **Sr. Ademar – IAP –** Explica o impasse que houve quando do pedido da autorização, pois conforme Portaria nº 246/2007, as autorizações para estes empreendimentos seriam de responsabilidade do IBAMA, explicando que até ser regulamentado em 2012, muitos empreendimentos foram tocados pelo IAP com uma lacuna no que dizia respeito às autorizações de Monitoramento de Fauna pelo IBAMA. Defende o IAP quanto ao Termo de Referência e quanto aos monitoramentos, que todas as obrigações não devem ser atribuídas ao órgão ambiental. **Dr. Vinícius** ressalta que foram sim usados dados primários no estudo, nas tabelas de espécies aparece uma coluna de registro que indica o que foi registrado no trabalho de campo. **Sr. Pedro Dias** continua dizendo que foram sim apresentados dados por referências bibliográficas, no entanto a partir da Licença para monitoramento, foi confirmado que os dados estão corretos, dizendo que agora existe confirmação teórica e prática a respeito da ictiofauna. **Sr. Giovani Ferri –** esclarece pontos sobre o Termo de Referência citado, dizendo que no âmbito de Audiências Públicas, as complementações podem sim ir além dos Termos de Referências, que este não é um limitador para se deliberar sobre complementações para os licenciamentos. Faz uma observação ao IAP, sobre o Ministério estar surpreso e preocupado, pois sempre que o empreendedor é processado o IAP também o é. E afirma que há mais de dez anos o Ministério vem alertando sobre a cúpula do órgão ambiental que vem sempre cometendo erros crassos. **Sr. Ademar** afirma que o TR tem que ser avaliado pelo empreendedor, e este tem que perceber a necessidade de se ir além em seus estudos, pois não existe como se fazer um TR específico esmiuçando todos os meios físico e biótico. **Sr. Robson S. Fórmica, da Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB – Francisco Beltrão –** O questionamento que leva tem a ver com toda uma história de luta e resistência pelos atingidos por barragem, anterior a Itaipu. Discorre sobre questões levantadas durante a Audiência. Fala sobre a discussão do que ser liberado primeiro ou por último, que não é isto que mudará alguma coisa. Reafirma ainda o papel dos órgãos ambientais e relembra seminário no qual discutiram as usinas do Rio Piquiri. Pede desculpas ao Ademar, dizendo não ser pessoal sua reclamação, no entanto, reclama que do modelo e da estrutura como órgãos ambientais estão constituídos e formatados de forma a legitimar os empreendimentos hidrelétricos, que eles não têm autoridade para dizer: isto não se pode fazer! E que estão condicionados para dizerem: que se pode fazer! Diz que não sabe de licenças negadas para PCHs. (Formou-se no momento uma pequena discussão). Continua dizendo que o processo é bastante viciado, que no momento muito foi falado, mostrado, combatido, mas que o jogo está feito, que na hora de decidir, o órgão já deu suas cartas. Enfatiza que o processo é injusto, que nada que se é discutido é levado em conta pelo órgão, pois este já está condicionado a licenciar o empreendimento. Diz-se cansado, pois por mais que participem e combatam os empreendimentos, eles continuam saindo. Diz ao IAP que dados econômicos apresentados pelo empreendedor são ideológicos, criticando fala sobre todos precisarem de energia, que todo mundo consome energia, e que precisa se construir mais usinas, e sobre a demanda até 2015 ser de 3.000 MWmédio/ano, afirma ser uma mentira. Apresenta valores através dos quais indica que a

sociedade vai se deparar em pouco tempo com uma bolha energética, que vamos pagar por uma energia não consumida. Confirma fala do Promotor quando este fala sobre o Paraná ser superavitário em energia elétrica, complementando que a energia citada de importação pelo Paraná, vem de outras formas, como combustível. Citou dados do IPARDES e da COPEL/2010 colocando que se considerarmos todas as residências urbanas e rurais do Paraná e agrupar isto tudo se encontra um universo de 88% dos estabelecimentos consumidores de energia, sendo que o consumo corresponde a 31,3 % da energia total consumida. As indústrias e os eletro intensivos, que são os grandes consumidores, correspondem a 1,8% dos estabelecimentos, e consomem sozinhos 33% de toda a eletricidade. O que significa que de toda energia consumida no Paraná, 1/3 vai para os grandes consumidores e afirma que a culpa não é do indivíduo. Complementa informando que um consumidor eletro intensivo no Paraná consome energia que daria para 60 mil residências, ou seja, mais de 200 mil pessoas. Fala que a questão dos empregos que seriam gerados pelos Programas Ambientais, APPs, plantios, recuperação de mata ciliar, entre outros não podem ser tratados como uma coisa nova e extraordinária, pois é responsabilidade do Estado e das empresas. Quanto ao tratamento com os atingidos reforça que são mais de 1,5 milhões de atingidos e que não há nenhuma definição ou conceito sobre os direitos das populações atingidas. Expõe fatos sobre licenciamento no Rio Chopim que está em via de sair a Licença de Instalação. Faz análise sobre a falta de critérios e metodologias para se resolver as questões fundiárias, e assim as famílias estão há 06 (seis) anos sem saber o que vai acontecer a eles, quanto vão receber, para onde vão, etc. Menciona reunião com órgãos responsáveis em Curitiba para busca de informações e soluções e expõe itens nas licenças que julga serem falhas, dizendo haver uma política de violação aos direitos sociais, ambientais, econômicos e ecológicos na construção de hidrelétricas no Brasil. **Sr. Eduardo Lucacim - Sindicato Rural de Mariluz** – Questiona o estudo da fauna e da ictiofauna, fala que sente que a sociedade não está pronta para discutir um estudo de mais de mil páginas sobre meio ambiente. Pede que se faça um trabalho bem feito, fala do tempo que estão ali discutindo e da falta de pesquisa, ou de ouvir pessoal especializado que é da região e que não fazem parte dos trabalhos técnicos. Acredita que este trabalho teria que ser feito com ajuda deles, questiona o sistema, e se diz de mãos atadas por não poder discutir um assunto tão importante para a região. **Sr. José Hess – Engenheiro Florestal da Federação de Agricultura do Paraná – FAEP, representante dos proprietários atingidos –** Solicita que as áreas de APPs, que podem ser entre 30 e 100m, sejam a menor possível, pois o interesse maior é de que se tenha área de produção e que para questão de indenização, conforme Art. 05 do Cap. 02 do novo Código Florestal, seja feita aquisição e não servidão para os Produtores Rurais. **Sr. Valdeci Apº Morotti** - **Vice Prefeito de Alto Piquiri –** Agradece ao povo de Alto Piquiri e aqueles que vieram de outros municípios. Diz que sente falta da maior presença de alunos, lideranças religiosas, Câmara de Vereadores, Secretários, e que gostaria devê-los em próximas audiências em virtude da importante dos assuntos que estão sendo tratados e da discussão de alto nível. **Drª Juliana Botomé faz as considerações finais do Ministério Público:** Indica que cada um fez seu papel, sendo que o do Ministério Público é de fiscalizar os requisitos técnicos necessários. Diz que Audiência foi importante para o exercício da cidadania, e que outro papel do Ministério Público é no campo político. Considera que somos um Estado Democrático, assim a voz da maioria que precisa ser ouvida. Ainda que o empreendimento cumpra todos os requisitos técnicos formais e legais, o Ministério Público vai lutar para fazer valer o que o Estado Democrático determina. Pede que haja nas próximas Audiências uma maior divulgação, para

que compareça um número maior de pessoas de Alto Piquiri. **Sr. Ademar** agradece a todos e dá por encerrada a Audiência Pública de Alto Piquiri às 1h15min (uma hora e quinze minutos) do dia 17 de outubro de 2012.